

# Governo derruba barracos no Areal

Kátia Marsicano  
Da equipe do **Correio**

Em poucos minutos, 46 barracos que ocupavam área pública da QS 11, no Areal, caíram ao chão. Numa operação rápida, mais de 40 pessoas, entre policiais militares, fiscais da Administração de Taguatinga, Serviço Integrado de Vigilância do Solo (Siv-Solo) e Terracap derubaram os cubículos de papelão e madeirite, sob protestos dos invasores.

“Por que não tiram as outras invasões?”, gritava Cleusa Macedo de Abreu, 27 anos. “Querem mandar para o albergue os filhos de Brasília?”, completou Mariana Barbosa, com o filho de dois meses no colo. No local desde a semana passada, as duas mulheres admitiram ter invadido assim que souberam do projeto de lei complementar 401/99, aprovado dia 28 de junho na Câmara

Legislativa, garantindo a fixação de pessoas com no mínimo 60 dias, na QS 11.

O projeto dos distritais Renato Rainha (PL), Edimar Pireneus e José Edmar (PMDB) está com o governador Joaquim Roriz desde o dia 17 de junho e pode ser sancionado a qualquer momento. Segundo o chefe da consultoria jurídica do Palácio do Buriti, Paulo César Ávila, a decisão sai hoje. “Meu parecer sobre o assunto está pronto e amanhã (hoje) o governador tomará conhecimento dele”, garantiu ontem no final da tarde. Ávila não quis antecipar o que diz o parecer.

Enquanto a situação não se resolve, a confusão continua no Areal. Ontem, quando os fiscais chegaram, os barracos estavam numerados, cercados e vazios em sua grande maioria. Os próprios moradores se encarregaram de numerar os barracos, seguindo o endereçamento das

Kleber Lima



**MARIANA BARBOSA: “QUEREM MANDAR PARA O ALBERGUE OS FILHOS DE BRASÍLIA?”**

demaís casas do conjunto.

“Essa era a única área ainda não invadida. Não podemos permitir mais uma ocupação no Areal”, explicou o subgerente do SIV-Solo, major Esmeraldo de Oliveira, coordenador da operação. Na semana passada, o Siv-Solo relacionou todos os locais ocupados por invasores, inclusive a área pública em frente ao conjunto O. Nesse lugar, estão cinco barracos de madeira, que

foram derrubados pela Administração de Taguatinga em junho mas reconstruídos em seguida. Um deles tem até linha telefônica, além da energia elétrica instalada.

Pelo projeto urbanístico local, assinado pelo então Instituto de Planejamento Territorial e Urbano (IPDF), em outubro de 1997, a área pública em frente ao conjunto R destina-se à construção de uma escola ou posto

de saúde para a comunidade. As demais áreas públicas da QS 11, ou Expansão do Areal, localizam-se nos conjuntos A, F, V e W, também estão ocupadas por casas de alvenaria.

Entre os mais revoltados com a derrubada, duas mulheres tentavam defender o direito dos filhos de permanecer no terreno. Uma delas, Odete Alves, funcionária da Administração Regional de Taguatinga, brigava para garantir a fixação de quatro filhos e cinco sobrinhos no local. “Isso não vai ficar assim”, repetia ela, ameaçando os fiscais.

Bernadete da Silva, outra moradora do Areal, também estava inconformada. “Se meu filho tivesse trabalho, não precisava estar aqui atrás de um lugar para morar”. Nos protestos dos invasores, o nome mais citado, além do governador, era o do deputado José Edmar (PMDB), um dos autores do projeto. “Cadê que ele não aparece aqui nessas horas?”, questionava Marcelo Oliveira Farias.